

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 13.08.2026

Pressão no comércio a retalho local sob o consumo além-fronteiras como novo normal

Nos últimos anos, com a crescente facilitação nas viagens entre Zhuhai e Macau, ir consumir a Zhuhai passou de uma actividade ocasional para uma parte integrante da vida quotidiana, pois cada vez mais residentes escolhem Zhuhai para ir ao restaurante, entreter-se, e comprar artigos de uso diário e alimentos frescos. Esta tendência reflecte a intensificação da circulação das pessoas na Grande Baía e uma maior diversidade de opções de consumo para os residentes, mas originou uma pressão operacional muito real sobre o comércio a retalho local, especialmente supermercados, lojas de artigos de uso diário e alimentos frescos, farmácias, e pequeno e médio comércio.

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, as vendas a retalho em Macau atingiram 69,58 mil milhões de patacas em 2025, uma redução homóloga de 3,2 por cento; no quarto trimestre de 2025, as vendas dos supermercados diminuiram 9,0 por cento em termos homólogos, enquanto o índice do volume de vendas recuou 9,7 por cento, o que reflecte que o comércio retalhista nos bairros comunitários, estreitamente ligado ao quotidiano dos residentes, continua a enfrentar pressão.

A pressão que o sector retalhista de Macau enfrenta actualmente não se deve a um único factor, mas, sim, à combinação de três factores: “fluxo de clientes, custos e concorrência”. Primeiro, com a crescente facilidade na passagem alfandegária entre Zhuhai e Macau, o volume de clientes diários que anteriormente frequentava os supermercados e as lojas dos bairros comunitários tem vindo a baixar. Mais, os comerciantes de Macau suportam desde há longo tempo elevados custos com rendas, salários, electricidade e água, armazenamento e logística, a par de um mercado local de escala limitada. Assim, mesmo que os comerciantes pretendam reduzir os preços ou oferecer descontos, têm pouca margem para tal, tornando difícil competir com cidades onde os custos operacionais são mais baixos.

Quanto a essa questão, o Governo não pode considerá-la simplesmente como uma livre escolha do mercado de consumo, porque o comércio a retalho não é apenas uma questão comercial, pois diz respeito à economia comunitária, ao emprego dos residentes, ao abastecimento de bens de primeira necessidade e à conveniência da vida urbana. Para os jovens e os trabalhadores, o consumo no Interior da China pode ser mais uma opção; mas, para os idosos, as pessoas com mobilidade reduzida, as famílias de base ou os residentes que nem sempre têm facilidade em atravessar regularmente a fronteira, os supermercados comunitários e as lojas de bairro continuam a ser um complemento indispensável na sua vida quotidiana. Se o comércio a retalho comunitário de Macau continuar a debilitar-se, no final os afectados não serão apenas os comerciantes, mas a conveniência e a estabilidade de todo o círculo de vida comunitária.

Assim, o Governo deve tomar a iniciativa de conhecer o impacto real do consumo transfronteiriço no sector de venda a retalho de Macau, incluindo a frequência de consumo dos residentes na China, os principais tipos de compras, as variações do fluxo de clientes

nos supermercados de Macau e nas vendas a retalho relacionadas com a vida da população, a pressão sobre os custos de operação das PME e o grau de impacto dos círculos comerciais nos diversos bairros comunitários. Só conhecendo primeiro a situação real é que as políticas podem deixar de se basear em observações pontuais ou medidas temporárias de alívio, podendo ajudar o sector a enfrentar as mudanças.

Ao mesmo tempo, o Governo deve apoiar os pequenos e médios retalhistas locais a melhorarem a sua competitividade. É difícil para os pequenos e médios comerciantes de Macau competirem apenas em termos de preço com os hipermercados de Zhuhai, mas podem encontrar uma saída através do serviço, da conveniência, da qualidade e das suas próprias características. Por exemplo, devem ser apoiados no desenvolvimento de encomendas *online*, de distribuição comunitária, de sistemas electrónicos de membros e de plataformas de aquisição conjunta, auxiliando-os na redução dos custos operacionais e na melhoria da eficiência dos serviços; pode-se, ainda, impulsionar os comerciantes comunitários a introduzirem mais produtos com características locais, produtos dos países de língua portuguesa, alimentos saudáveis e serviços amigos dos idosos, fazendo com que o consumo dos residentes em Macau não se deva apenas à proximidade, mas, sim, ao facto de ser conveniente, fiável, com características e dotado de bom serviço.

Além disso, aquando da implementação de diversas medidas para promover o consumo, o Governo deve ter em conta, com maior precisão, as necessidades dos retalhistas e das PME dos bairros comunitários. No passado, muitas actividades eram facilmente absorvidas pelos grandes centros comerciais e pelas grandes empresas, por isso, as lojas e os supermercados comunitários e os pequenos retalhistas, que sofrem grandes pressões, não podiam ser beneficiados. Se as medidas de promoção do consumo forem lançadas no futuro, o Governo deve dar mais importância às orientações dos bairros comunitários, da vida da população e das pequenas e médias empresas, ajudando verdadeiramente a manter o poder de consumo local. No passado, foram implementadas várias rondas do plano de cartão de consumo electrónico, o que demonstra que o mesmo consegue estabilizar, directamente, o consumo nos bairros comunitários, que está em declínio.

A integração transfronteiriça é uma tendência inevitável, e Macau não deve resistir a que os residentes tenham mais opções de consumo. Mas, durante a integração, o Governo deve encarar seriamente a pressão estrutural que o sector retalhista local enfrenta. Só ajudando atempadamente o sector a reduzir os encargos operacionais, acelerando a sua transformação e modernização, e reforçando a atractividade das zonas comerciais comunitárias, é que será possível, num contexto de normalização do consumo transfronteiriço, manter a vitalidade da economia local, garantir a conveniência do quotidiano dos residentes e, ainda, assegurar às PME locais um espaço de sobrevivência mais sustentável.

Obrigado!